

# Para Delfim, pressões são úteis

Da sucursal de  
BRASILIA

O movimento de pressão sobre os credores, que se desenvolve no campo institucional, é importante para formar uma consciência, entre os países industrializados, de que é imprescindível uma baixa na taxa de juros e o desbloqueio do comércio, mas a negociação da dívida externa dos países altamente devedores, como o Brasil, continuará sendo feita de forma bilateral e será tanto mais flexível quanto maior for a capacidade desses países de apresentarem resultados concretos em suas políticas de ajustamento interno.

A apreciação é do ministro do Planejamento, Delfim Netto, para quem a reunião de Cartagena, à qual o Brasil comparecerá representado pelos ministros do Exterior, Saraiva Guerreiro, e da Fazenda, Ernane Galvão, terá justamente o papel de desmontar, no campo institucional, a disposição do Brasil e dos seis parceiros que assinarão o documento final da reunião, de demonstrar a impossibilidade de continuarem servindo a sua dívida sob o impacto de juros externos crescente e uma exacerbção do protecionismo comercial.

Ao negar que essa articulação tenha tido o propósito de substituir a

ação negociadora da área econômica ou reduzir a sua importância decisiva, o ministro do Planejamento disse que "seria um absurdo admitir-se que algo poderia ser feito para prejudicar os esforços da área econômica do governo". O que há, segundo disse, são dois planos da negociação: no primeiro, de natureza político-institucional, os países devedores vão deixar claro seu inconformismo com as taxas de juros e o bloqueio comercial e pressionar os credores a alterar seu comportamento; no segundo, de natureza técnica e essencialmente pragmática, promove-se a negociação bilateral, utilizando não apenas os resultados obtidos sob a pressão institucional, mas sobretudo a performance de cada país em seu programa de ajustamento.

Afirmou o ministro que, em nenhuma hipótese, o Brasil emborcará em qualquer esquema de renegociação coletiva, inclusive por entender que é diversa a situação de endividamento de cada um dos seis parceiros que estarão com as autoridades brasileiras em Cartagena. A negociação continuará sendo bilateral, o que não significa dizer que ela não sofra reflexos do que se possa conseguir no plano institucional.

Delfim preferiu não adiantar o que o governo brasileiro espera da

reunião de Cartagena, em termos práticos, nem em que medida as decisões lá tomadas influenciarão no processo de negociação bilateral, mas deixou claro que o simples fato de Argentina, Brasil, México e Colômbia se terem movimentado para a busca de uma posição comum a respeito do problema do endividamento externo já causou preocupações entre os grandes credores, que começam a falar uma linguagem diferente, reconhecendo as dificuldades dos países credores e condenando a política de taxas de juros elevadas.

Todavia, Delfim reiterou que não é possível imaginar-se que os países reunidos em Cartagena decidam ir muito além do que condenar as taxas de juros e o protecionismo. Não se cogita, conforme o ministro do Planejamento, de fixar parâmetros para essas taxas, nem estabelecer propostas concretas, tais como o estabelecimento de uma taxa de juros fixos, ou a capitalização dos juros. Esses são assuntos a serem discutidos bilateralmente, se houver condições para isso.

Além disso — disse Delfim — pouco ou nada adiantaria uma manifestação explícita contra a elevação dos juros, pois ela é o reflexo de uma situação de mercado.